

Manifesto pela liberdade

Os direitos individuais como a liberdade de expressão, pilares fundamentais de um Estado Democrático de Direito, estão sob ameaça no Brasil e precisam ser defendidos com veemência. É o que faz agora e seguirá fazendo, sempre, como princípio básico de sua atuação, a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

Nas últimas semanas, assistimos a uma sequência de posicionamentos do poder Judiciário, que acabam por tangenciar, de forma perigosa, o cerceamento à liberdade de expressão no país. Falamos de investigações e da possibilidade de desmonetização de *sites* e portais de notícias que estão sendo acusados em inquéritos contra as *fake news*. Em nosso entender, impor sanções e penas sem o devido processo legal, contraditório e ampla defesa é uma precipitação.

Conforme previsão constitucional, o artigo 5º, inciso IV prestigia a proteção e a livre expressão, que combinado ao artigo 220 da CF que diz que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”, claro fica o propósito da Carta Magna de resguardar a todo e qualquer cidadão, sem distinção, o direito a livre manifestação.

A FIEMG espera que tais decisões não prosperem e sejam revistas, o quanto antes, quando analisadas pelo pleno do Supremo Tribunal Federal (STF). Atuar assim será fundamental para resguardar o Estado Democrático de Direito, em que as liberdades individuais devem ser sagradas e asseguradas permanentemente. Elas são condição para um país prosperar, garantindo segurança jurídica e institucional para investidores e empreendedores.

É preciso deixar claro: a defesa dos direitos individuais é o único caminho para construir um futuro de desenvolvimento e prosperidade para o Brasil. É fundamental garantir que todos os brasileiros tenham assegurados seu direito a liberdade de expressão. Não queremos que hoje aqueles que celebram eventuais censuras sejam os censurados de amanhã.

Neste sentido consideramos oportuna a citação do ministro Marco Aurélio Mello em seu voto no julgamento que tratou da instauração de inquérito pelo próprio STF, fazendo referência ao artigo do professor Adilson Abreu Dallari, “Supremo não é sinônimo de absoluto é um dos poderes que integram um dos Poderes da República”

Lutar pela segurança jurídica e institucional é fundamental, principalmente neste momento em que o país está combalido pela pandemia e busca retomar o crescimento econômico. Lutamos pela geração de oportunidades para milhões de brasileiros, que buscam viver com dignidade em um país que garanta a cada um o respeito às individualidades, às opiniões e aos direitos fundamentais.

Flávio Roscoe Nogueira

Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG)